



Ministério da Educação
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre aprovação do Projeto Pedagógico de Curso Especialização **Lato Sensu** em Ensino e Práticas Pedagógicas.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE (IFAC), no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e pelo Decreto Presidencial de 28 de setembro de 2020, publicado no DOU nº 187, seção 2, página 1, de 29 de setembro de 2020,

Considerando o deliberado na 39ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, no dia 17 de dezembro de 2021 e o que consta no inciso III, do artigo 9º e no artigo 39, da Resolução CONSU/IFAC nº 045, de 12 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Superior;

Considerando o Processo nº 0094427.00001479/2020-13,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o Projeto Pedagógico de Curso Especialização **Lato Sensu** em Ensino e Práticas Pedagógicas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Cavalcante dos Santos, Presidente**, em 22/12/2021, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0459932** e o código CRC **FD574D43**.

ANEXO À RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CAMPUS XAPURI

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

APROVADO PELO CONSELHO SUPERIOR RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021
XAPURI/AC 2021

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Área de Conhecimento:	Educação
Modalidade de oferta	Pós-Graduação Lato sensu
Carga horária	360 horas
Forma de oferta	Especialização
Turno de oferta	Diurno/Noturno
Prazo de integralização	No mínimo 12 e no máximo 18 meses
Início de funcionamento	a ser definido após aprovação no CONSU
Local de oferta	IFAC Campus Xapuri
Resolução de criação nº	CONSU/IFAC Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA
2. OBJETIVOS
 - 2.1 OBJETIVO GERAL
 - 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
3. PERFIL PROFISSIONAL
4. REQUISITOS DE ACESSO
5. ESTRUTURA CURRICULAR
 - 5.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
 - 5.2 ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
 - 5.3 CONCEPÇÃO DO CURSO
 - 5.4 PÚBLICO ALVO
 - 5.5 LOCAL DE FUNCIONAMENTO
6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

- 6.1 MATRIZ CURRICULAR
 - 6.2 CARGA HORÁRIA
 - 6.3 DURAÇÃO DO CURSO
 - 6.4 OFERTA DE DISCIPLINAS
 - 6.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
 - 6.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)
 - 6.7 ORIENTAÇÃO/COORIENTAÇÃO
 - 6.8 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO
 - 6.9 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS
 - 6.10 REPROVAÇÃO
 - 6.11 CERTIFICAÇÃO
- 7. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
 - 8. PERFIL DOCENTE E TÉCNICO - ADMINISTRATIVO
 - 9. ANEXOS
 - 9.1 PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

1. JUSTIFICATIVA

O estado do Acre possui área correspondente a 1,8% do território nacional, é dividido em 22 Municípios. Faz fronteira internacional com o Peru e a Bolívia e, nacional, com os estados do Amazonas e Rondônia. Sua população total é de 881.935 habitantes, espacialmente concentrada no Vale do Acre (uma das cinco Regiões de Desenvolvimento) (IBGE, 20191). O Acre é subdividido em Alto Acre, Baixo Acre, Alto Purus e Alto Juruá. A região do Alto Acre concentra quatro municípios, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Assis Brasil. Esses municípios juntos, equivale a 8,09% (71.429) da população do estado do Acre (Governo do estado do Acre, 20052).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 20191), o Brasil tem aproximadamente 6,8 % da população de pessoas analfabetas, com idade acima de 15 anos, o que equivale a dizer que aproximadamente 14.290 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Na região Norte, essa taxa sobe para 8,5% e no Acre essa taxa chega a 12,1%.

Esses números demonstram que existe um grande desafio no campo das políticas públicas educacionais no estado do Acre, orientadas para a promoção da inclusão social por meio da elevação da escolarização do povo acreano. Nesse contexto, o IFAC oferta diversos níveis e modalidades da Educação profissional, científica e tecnológica, visando a qualificação de pessoas através do ensino, pesquisa e extensão.

A geração de trabalho, no estágio atual do capitalismo, pensando os processos, tem relação com componentes estruturais e, quando pensamos o país, está associado ao seu padrão de desenvolvimento. Portanto, somente o avanço da educação em geral é insuficiente para vencer as dificuldades do mercado de trabalho, que depende de fatores mais amplos como o crescimento econômico e o investimento, mas é incontestável o papel libertador da educação, daí a importância do seu caráter público.

Neste espaço também se coloca uma educação para o trabalho voltada para a formação humana em nível mais elevado e elaborado, como forma de assegurar o comprometimento desta modalidade ao desenvolvimento do país e da contribuição a sua busca de lugar central no mundo, o que só será possível fazendo-se ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia.

As instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm importante papel a desempenhar como espaços de produção de conhecimento. A partir desse contexto, o governo Lula criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estruturados numa nova matriz institucional e pedagógica com a perspectiva teleológica de interpretar e transformar a realidade dos trabalhadores e excluídos.

Significa dizer, que os Institutos Federais não são uma escola técnica e, também, não são uma universidade, pois, se caracterizam pela matriz marxista da indissociabilidade entre os compromissos de ordem prática e a compreensão teórica. Os Institutos Federais são o ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e tecnológicos, com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo.

Essa nova Instituição deve ser um dos protagonistas do processo de expansão das políticas educacionais federais, não só pela sua natureza e missão, mas também pela sua estrutura institucional que permite uma atuação no ensino médio, nos cursos superiores e nas licenciaturas em todos os estados brasileiros. São 38 Institutos Federais distribuídos em 562 unidades, ou seja, representam uma capilaridade sem precedentes anteriores na educação Federal e que podem contribuir decisivamente e de forma específica para o processo de desenvolvimento de cada região do País.

Os Institutos trazem inovações na dimensão política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação. No entanto, verifica-se uma carência de quadros político-administrativos para a gestão dessa nova instituição ou rede de instituições.

Em outras palavras, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ampliou o número de unidades no País, através de uma nova matriz institucional, mas apresenta um quadro reduzido de gestores cuja formação está arraigada à matriz anterior, criando um contexto complexo e um problema que pode colocar em risco o projeto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando esse cenário, a lei n. 11.892/2008, em seu art. 8º, expõe que todos os IF devem garantir o mínimo de 20% de suas vagas para cursos voltados para a formação de professores (BRASIL, 20083) e ainda a meta 16 do PNE (Plano nacional de educação) que prevê "formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação. Desse modo, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, apresentamos o curso de pós-graduação **Lato Sensu** em Ensino e Práticas Pedagógicas, a ser oferecido pelo **Campus** de Xapuri, com o objetivo de atender o estado do Acre, em especial, a região do Alto Acre.

A oferta de um curso de especialização na área de Ensino e Práticas Pedagógicas, tem o papel de proporcionar aos professores a possibilidade de superar a ideia hegemônica de conhecimento fragmentado, proporcionando ao docente, em formação, possibilidades de reflexão e construção de propostas pedagógicas centradas no educando e nas possibilidades de construção de conhecimento no universo escolar. Busca ainda construir junto ao professorado uma prática pedagógica construída a partir da escola e para a escola, onde os professores não sejam apenas reprodutores de conteúdo e os estudantes sejam os assimiladores deste.

Pautado em ações de ensino e práticas pedagógicas, a presente proposta proporcionará aos educadores a possibilidade de romperem com práticas fragmentadas, a partir da observação do seu fazer pedagógico. Sabe-se que a especificidade do trabalho escolar não se aprende sem a análise, observação e intervenção do que acontece na escola. Nesse sentido, a pesquisa, a troca de experiências, espaços de formação continuada, se tornam eixos essenciais no processo de qualquer oferta de formação de formadores.

Busca-se, assim, a partir deste curso, que os profissionais da área da Educação possam aprender a pesquisar a realidade da escola e da prática docente, discutir os problemas encontrados e propor ações de intervenção que implique em uma reorganização e reestruturação do fazer pedagógico.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a formação de profissionais críticos e reflexivos, qualificando-os para o exercício de atividades de ensino, práticas interdisciplinares e práticas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a produção de conhecimento sobre a própria prática pedagógica;

Promover aos profissionais um espaço de reflexões e diálogos sobre suas práticas pedagógicas e possibilidades de práticas interdisciplinares;

Contribuir com a formação de profissionais para atuar na área de educação de forma autônoma, crítica e inovadora;

Oferecer possibilidades de utilização de metodologias educacionais inovadoras no âmbito educacional.

3. PERFIL PROFISSIONAL

O profissional formado deverá ser capaz de exercitar uma postura autônoma de pesquisador de sua própria prática e que, a partir de uma metodologia interdisciplinar, supere a fragmentação do conhecimento existente na escola atual.

4. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso de Especialização em Ensino e Práticas Pedagógicas, dar-se-á através de Processo Seletivo, regulado por Edital Próprio lançado pelo **Campus Xapuri**. Para tanto, o candidato deverá ter concluído o Ensino Superior até o ato da matrícula.

5. ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado em observância ao disposto na Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (com suas atualizações), no Decreto 5154, de 23 de julho de 2004, na Resolução 01, de 8 de Junho de 2007, na Lei 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008, na Lei 12.796, de 4 de Abril de 2013, CNE/CES Nº 01/2007 e suas alterações, e no Parecer CNE/CES Nº 213/2004 e suas alterações, Resolução Nº 32/CONSU/IFAC, de 22 de Outubro de 2020 e suas alterações, e aos princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e demais atos legais institucionais pertinentes.

5.2 ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O atendimento aos educandos pessoas com deficiência está previsto na Constituição Federal 1988 no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e suas alterações foi que houve o marco do atendimento desses educandos através da modalidade de Educação Especial. Diz o Artº 4º e inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino que começou a instituir os atendimentos desses educandos.

No ano de 2009 o Estado Brasileiro ratificou através do Decreto Legislativo nº 168 e seu protocolo facultativo promulgado através do Decreto nº 6.949/2009 com status de emenda constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência onde a oferta de Educação Inclusiva deve respeitar as diretrizes do Artº 24 da referida Convenção. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009 determina o público alvo da Educação Especial assim como o

Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, inclusive para os Núcleos de Atendimento aos alunos/pessoas com deficiência.

O atendimento prestado no **campus** deve se balizar nessas legislações e outras que se fizerem pertinentes, para ofertar uma Educação Profissional, Científica e Tecnológica Inclusiva de qualidade a todos os alunos da Rede IFAC.

5.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso é organizado respeitando-se as concepções teóricas institucionais e está fundamentado nos seguintes pressupostos:

A integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, a qual contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam nessa instituição, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência da prática educativa;

A necessidade da formação de um novo profissional que possa atuar em diversos níveis e modalidades da educação como pesquisador, formador de formadores, gestor educacional de programas e projetos e formulador/executor de políticas públicas;

A natureza do curso exige metodologias ativas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da educação no âmbito da experiência profissional de cada aluno, que são significadas e resignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

5.4 PÚBLICO ALVO

Profissionais que atuam na área da Educação (Educação Básica, Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), Educação Superior, entre outras).

5.5 LOCAL DE FUNCIONAMENTO

O curso será executado no **Campus Xapuri** do Instituto Federal do Acre, conforme a demanda.

6. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso será organizado seguindo o Regimento de Pós-Graduação **Lato Sensu** do IFAC, sendo organizado em 11 (onze) disciplinas. Cada disciplina terá uma carga horária específica, conforme apresentado na tabela 1, considerando a hora-aula como 60 minutos. As disciplinas serão ofertadas de forma presencial, podendo contar com atividades semipresenciais em até 20% da carga-horária total da disciplina, ficando a escolha a critério do docente da disciplina.

O curso de Especialização em Ensino e Práticas Pedagógicas está vinculado ao grupo de pesquisa **Núcleo de estudos de práticas pedagógicas**.

6.1 MATRIZ CURRICULAR

Tabela 1 – Disciplinas do Curso de Especialização em Ensino e Práticas Pedagógicas

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	Total de horas	Hora-aula	Hora-relógio
Metodologia Científica	24	24	24
História, legislação e política da educação brasileira	36	36	36
Educação inclusiva e diversidade	36	36	36

Curriculum: Perspectivas contemporânea	36	36	36
Seminário de projetos I	12	12	12
Psicologia da aprendizagem e Gestão da sala de aula	48	48	48
Metodologias Educacionais	60	60	60
Tecnologias educacionais	36	36	36
Organização do trabalho escolar e práticas avaliativas	36	36	36
Tópicos especiais em educação – Educação na Amazônia Acreana	24	24	24
Seminário de projetos II	12	12	12
CARGA-HORÁRIA TOTAL	360		

6.2 CARGA HORÁRIA

O curso está organizado com carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, sem considerar o período para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), respeitando a carga horária mínima de 360 horas para cursos de especialização.

6.3 DURAÇÃO DO CURSO

O período mínimo para a conclusão do curso será de doze meses, que envolve o cumprimento de disciplina, aprovação e entrega da versão final do TCC. O período total de integralização do curso será de até 18 meses, sendo os seis últimos meses do curso destinados à conclusão do TCC. Em caráter excepcional, a prorrogação de prazo para integralização do curso será concedida mediante parecer do Colegiado de Curso, por um período máximo 12 (doze) meses. Neste caso, o requerimento assinado pelo aluno e com a concordância expressa pelo orientador, deve ser encaminhada a Coordenação de Curso, com a justificativa do pedido e protocolado antes de vencer o prazo de 18 meses.

A solicitação de prorrogação de prazo deverá ser entregue na coordenação do curso acompanhada da justificativa circunstanciada dos motivos da solicitação e cronograma das atividades a serem cumpridas. A coordenação do curso encaminhará o requerimento de solicitação de prorrogação de prazo bem como os demais documentos, assinados pelo discente e com a concordância expressa pelo orientador ao colegiado do curso com a justificativa do pedido e protocolado antes de vencer o prazo máximo regimental. O colegiado do curso de pós- graduação emitirá parecer quanto ao mérito da justificativa e quanto às condições de exequibilidade durante o prazo passível de ser concedido. A não concessão da prorrogação de prazo resulta em obrigatoriedade da realização do exame de defesa do TCC dentro do prazo regular. Caso não ocorra, o discente deve ser desligado do programa.

6.4 OFERTA DE DISCIPLINA

A oferta das disciplinas será organizada pelo **campus** e prevista em edital.

6.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo educativo. Acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo,

testes, provas, atividades práticas e a auto avaliação. Nessa perspectiva, a avaliação deverá contemplar os seguintes critérios:

Domínio de conhecimentos (assimilação e utilização de conhecimentos na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e interpretação de diferentes situações problemas);

Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, cumprimento das atividades individuais e em grupo, externas e internas à sala de aula);

Criatividade;

Auto avaliação (forma de expressão do autoconhecimento do discente acerca do processo do estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades enfrentadas tendo por base os incisos I, II e III);

Análise do desenvolvimento integral do discente no período letivo;

Outras observações registradas pelos docentes.

Os professores responsáveis pelas disciplinas devem apresentar à coordenação do curso as conclusões sobre o desempenho do pós-graduando utilizando notas de 0,0 a 10,0. O aluno só será considerado aprovado se possuir frequência igual ou superior a 75%, bem como média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina. O discente que reprovar duas vezes em uma mesma disciplina obrigatória, será desligado do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) complementará o conteúdo abordado nas disciplinas do curso no processo de formação dos alunos e, assim como a aprovação nas disciplinas, é requisito para integralização do curso.

Os critérios de desligamento dos alunos estão previstos no Regimento de Pós-Graduação **Lato Sensu** do IFAC.

6.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seguirá o Regimento de Pós-Graduação **Lato Sensu** do IFAC. O TCC só poderá ser apresentado após a conclusão e aprovação em todas as disciplinas do curso e dentro dos prazos estabelecidos. A modalidade (monografia, artigo, estudo de casos, produto ou outros) do TCC será definida pelo colegiado do curso e deverá constar no projeto pedagógico de curso. O TCC compreenderá a elaboração e execução de um projeto de pesquisa, a ser defendido publicamente perante a uma banca examinadora, oportunizando aos alunos discussões coletivas acerca do desenvolvimento de um estudo científico.

Após aprovação do orientador, o discente solicitará o agendamento de defesa do TCC, sendo obrigatório a entrega de 3 (três) cópias impressas e encadernadas do TCC à Coordenação do Curso, antes da apresentação à Banca Examinadora.

O Coordenador de Curso terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência da solicitação de agendamento de defesa, para nomear três membros titulares e dois membros suplentes da banca examinadora, a partir da relação de 04 (quatro) nomes sugeridos pelo orientador. A banca examinadora de TCC, será composta por 03 (três) membros titulares, sendo um deles o orientador ou coorientador que será o presidente e 02 (dois) suplentes. As bancas examinadoras deverão ter no mínimo um membro titular externo ao IFAC. O idioma do TCC é prioritariamente o português, com resumo também em português e traduzido preferencialmente para o inglês.

Após a designação da banca examinadora, a apresentação pública do TCC deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias. O julgamento do TCC se dará por meio de banca examinadora. O pós-graduando fará uma exposição do seu trabalho, de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos, antes da arguição pela banca examinadora. Cada membro da banca examinadora terá até 30 minutos para realizar sua arguição. Ao término da arguição do TCC, cada membro da banca fará o seu julgamento, em sessão secreta, atribuindo ao candidato o conceito: APROVADO, APROVADO COM RESSALVA OU REPROVADO.

Ao término dos trabalhos, a banca examinadora apresentará Ata de Defesa, com o conceito, que será homologada pela Coordenação do Curso. O aluno aprovado ou aprovado com ressalva na defesa de TCC deverá entregar a versão definitiva do trabalho à Coordenação de Curso em até 60 (sessenta) dias após a defesa.

O aluno aprovado com ressalvas no TCC deverá apresentar ao coordenador a versão definitiva do trabalho e declaração assinada pelo orientador atestando a realização das correções obrigatórias exigidas pela banca.

Atenderá aos critérios de aprovação no TCC, o acadêmico que publicar artigo científico em revista da área, ou de áreas afins, que tenha conceito mínimo Qualis B5 ou conceito equivalente, desde que seja solicitado pelo respectivo discente, que deverá apresentar o aceite ou comprovar a publicação do referido texto.

6.7 ORIENTAÇÃO/COORIENTAÇÃO

A orientação será realizada pelos docentes do IFAC com titulação mínima de especialista, mediante prévia anuência deste, dentre os membros do corpo docente do curso. Fica estipulado um limite de 03 (três) TCC por orientador. O aluno deverá confirmar seu orientador no prazo de até 06 (seis) meses após o início do curso, por meio da carta de aceite de orientação (formulário próprio). É facultada ao aluno a mudança de orientador, mediante justificativa submetida à aprovação da Coordenação de Curso.

Caso tenha interesse, o aluno poderá convidar docentes ou técnicos de outras instituições, com titulação mínima de especialista, para atuar como coorientador do TCC (apenas um), mediante assinatura de termo de trabalho voluntário.

6.8 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Incluem-se como etapas necessárias à integralização do curso a conclusão das disciplinas e a entrega da versão definitiva do TCC (01 (uma) cópia impressa encadernada e 01 (uma) cópia digital) à Coordenação do Curso.

6.9 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Será concedido ao aluno o direito de aproveitamento de estudos concluídos com êxito, em nível de ensino equivalente, desde que sejam semelhantes em objetivos, carga horária e conteúdo programático às disciplinas ofertadas pelos cursos de pós-graduação ***lato sensu*** do IFAC e cursados há menos de 5 (cinco) anos, mediante requerimento apresentado junto ao Registro Escolar do ***campus*** (conforme estabelecido no Regimento de Pós-Graduação ***Lato Sensu*** do IFAC).

O aproveitamento de estudos de componentes curriculares cursados em outras instituições não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da carga horária do curso de pós-graduação ***lato sensu***, excetuado o tempo regulamentado para o TCC.

6.10 REPROVAÇÃO

Em caso de reprovação nas disciplinas ofertadas pelos cursos de pós-graduação, o discente poderá cursar novamente a disciplina, desde que respeitado o prazo máximo para integralização. O IFAC poderá oferecer, em caráter excepcional, componentes curriculares específicos para dependência nos casos de extinção ou oferta eventual do curso de pós-graduação ***lato sensu***, desde que respeitados os prazos máximos para integralização previsto neste regulamento.

6.11 CERTIFICAÇÃO

Aos estudantes que cumprirem os requisitos do curso serão concedidos certificados de especialização em Ensino e Práticas Pedagógicas. Para a obtenção do certificado de especialização o aluno deve ser aprovado em todas as disciplinas da matriz curricular do curso, ser aprovado na apresentação pública do TCC e ter entregue a versão final do TCC à Coordenação de Curso, apresentar declaração de "nada consta" da biblioteca do ***campus*** e ter cumprido as demais exigências do curso, especificadas no projeto pedagógico do curso.

Os certificados deverão seguir os trâmites administrativos adotados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

7. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, **Campus Xapuri**, proporcionará as instalações e equipamentos abaixo relacionados para atender as exigências do Curso de Especialização em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Tabela 02 – Instalações

Item	INSTALAÇÕES	Quantidade
01	Sala de aula com quadro branco (40 alunos)	01
02	Laboratório de informática (40 alunos)	01
03	Biblioteca	01
04	Auditório	01

Tabela 03 – Equipamentos

Item	EQUIPAMENTOS	Quantidade
01	Data Show	01

8. PERFIL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Tabela 04 – Pessoal Docente

DISCIPLINA	FORMAÇÃO INICIAL (*)	TITULAÇÃO
Metodologia Científica	Qualquer área	Mestre
História, legislação e política da educação brasileira	Licenciaturas Direito Ciências Sociais	Especialização
Educação inclusiva e diversidade	Licenciaturas Psicologia	Mestre
Currículo: Perspectivas contemporânea	Licenciaturas	Mestre
Seminário de projetos I	Qualquer área	Mestre
Psicologia da aprendizagem e Gestão da sala de aula	Pedagogia Psicologia	Especialista
Metodologias Educacionais	Qualquer área	Mestre
Tecnologias educacionais	Qualquer área	Mestre
Organização do trabalho escolar e práticas avaliativas	Licenciaturas	Especialista

Tópicos especiais em educação – Educação na Amazônia Acreana	Licenciaturas	Especialista
Seminário de projetos II	Qualquer área	Mestre

*Na impossibilidade de o docente com a formação inicial exigida ministrar a disciplina, outro docente com experiência comprovada na área e titulação similar ou superior a exigida poderá ministrar a disciplina.

Tabela 05 – Pessoal Técnico-Administrativo

FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CARGO (SETOR)
Licenciatura	40 horas	Técnico em Assuntos Educacionais
Ensino Médio	40 horas	Assistente em Administração

9. ANEXOS

9.1 PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 1
Disciplina:	Metodologia Científica	Carga Horária: 24 h
1. Objetivo: Abordar as principais regras para uma produção científica, fornecendo as técnicas, os instrumentos e os objetivos para um melhor desenvolvimento do trabalho científico, sempre fundamentados nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).		
2. Ementa: Conhecimento científico. A Comunicação Científica. Ética na escrita. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. A organização de texto científico. Como escrever trabalhos acadêmicos. O Projeto de Pesquisa. Os erros mais frequentes.		
3. Bibliografia		
<p>3.1. Básica:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<p>3.2. Bibliografia complementar:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2012.</p>		

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental:** de acordo com as normas ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 2
Disciplina:	História, Legislação e Política da Educação Brasileira	Carga Horária: 36 h
1. Objetivo: Traçar um panorama da história da educação brasileira; Conhecer a legislação educacional, analisar as reformas e sua influência na educação básica; Analisar políticas públicas e seu impacto em sala de aula.		
2. Ementa: Marcos e contextos que caracterizam o processo histórico da Educação no Brasil e as políticas educacionais. Constituição histórica da educação no Brasil; Aspectos históricos e legais na Educação Brasileira; A educação na Constituição de 88: conquistas e perdas na contemporaneidade da educação básica; LDB, PCNs e BNCC (Base Nacional Curricular Comum): retrocessos e avanços. Reformas Educacionais; Nova Reforma do Ensino Médio Lei 13.415/2017.		
3. Bibliografia		
3.1. Básica:		
BALL, S., J. e MAINARDES, J. (Orgs). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.		
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf . Acesso em: 22 de março de 2020.		
_____. Constituição Federal de 1988 , de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html . Acesso em 22 de março de 2020.		
_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-.pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file Acesso em: 23 de março de 2020.		
_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf . Acesso em: 23 de março de 2020.		
_____. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Reforma do Ensino Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm , acesso em 23 de março de 2020.		
DUARTE, A. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.		
GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
LESSARD, C.; CARPENTIER, A. Políticas Educativas: a aplicação na prática. Petrópolis: Vozes, 2016.		
MASSCHELEIN, J. Em defesa da escola: uma questão pública. Trad. Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.		
3.2. Bibliografia complementar:		

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, pp. 379-404. abr./jul., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GONCALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. - Curitiba: InterSaber, 2012. - (Serie Fundamentos da Educação).

Revista Educação e Sociedade. vol.39 no.144. Campinas Jul./set. 2018 Dossiê A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação. Versão online disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-733020180003&lng=pt&nrm=issn

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12^a ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 33ed._ Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleções Polêmicas do nosso tempo; v 5).

SOUZA, R.F.de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 3
Disciplina:	Educação Inclusiva e Diversidade	Carga Horária: 36 h

1. Objetivo: Discutir a Educação inclusiva considerando os diversos grupos existentes na sala de aula de forma a promover a inclusão não apenas das pessoas com necessidades específicas como também de grupos marginalmente excluídos. Refletir a respeito das políticas educacionais para o atendimento a diversidade e a inclusão. Conceituar e problematizar as noções de inclusão e exclusão, diversidade, diferença, igualdade e deficiência; Analisar currículos, metodologia e práticas significativas, na perspectiva da inclusão escolar e social, compreendendo os elementos desencadeadores da educação inclusiva; Fomentar a superação do discurso ideológico que homogeniza os educandos em processo escolar

2. Ementa: A política de educação traduzida na questão da inclusão nas suas diferentes formas; A formação dos professores e a educação inclusiva; O papel do professor diante das questões de identidade, sexualidade, gênero, raça e etnia como temáticas na formação de professores; As diferentes estratégias de ensino que norteiam a prática inclusiva, considerando os diferentes ambientes; Papel dos profissionais da educação em relação às pessoas com deficiência e a mudança de paradigmas

3. Bibliografia

3.1. Básica:

ANACHE, Alexandra A. & OSÓRIO, Antônio C. do N. **Da educação especial à educação na diversidade**: escolarização, práticas e processos. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2010.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, 176 p. (coleção cultura Volume I)

KASSAR, Mônica de C.M. (org.) **Diálogos com a diversidade**: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas/SP: 2010

MANTOAN, Maria Tereza. (Org.). **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4ª reimpressão. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz Ltda., 1996

3.2. Bibliografia complementar:

AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CEPAC, Centro Paranaense de Cidadania. Guia para educadores. **Educação para a diversidade**: como discutir homossexualidade na escola? Curitiba: Ciranda, 2006.

CROCHIK, J. L. **Preconceito**: indivíduo e cultura. São Paulo: Robe, 1991.

DE VITTA, Fabiana C.F. et. al. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v.16, n.3, p.415-428, Set.-Dez., 2010.

HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. **Como Educar Hoje?** reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo: Mundo e Missão, 2003

_____. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Revista Nova Escola. ed. 182. maio d 2005.

_____. **O direito à diferença, na igualdade de direitos**. Mantoan – www.sisnet. Aduaneiras.com.br. 2005.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel** – Políticas e poéticas da diferença. Tradução: Semírames Gorini da Veiga. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, Guacira. Lopes. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a educação**: a Educação Inclusiva para seres humanos especiais. www.tvebrasil.com.br, 2001.

PAIN, S. **A função da ignorância**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1986.

SCOZ, B. J. et al (org). **Psicopedagogia** - o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre. Artes Médicas. 1987.

SCOZ, B. J. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar da aprendizagem. Petrópolis: Vozes. 1994

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 4
Disciplina:	Curriculum: Perspectivas contemporânea	Carga Horária: 36 h
1. Objetivo: Conhecer os fundamentos teórico-metodológicos que permeiam o currículo escolar, assim como os aspectos sociais e legais que o fundamenta.		
2. Ementa: Análise crítica dos fundamentos históricos e epistemológicos do currículo; refleti sobre a atualidade do currículo e sua relação de determinação com a sociedade-cultura-prática, bem como seus		

reflexos de pressão na instituição escolar. Além disso, caracteriza o currículo através de sua práxis, ou seja, o currículo prescrito e o currículo na ação. Fundamentos e perspectivas de elaboração, execução e avaliação do currículo, bem como a relação entre currículo e avaliação.

3. Bibliografia

3.1. Básica:

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25/03/2020.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. Base Nacional Comum Curricular - dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs.) Currículo na contemporaneidade - incertezas e desafios: Cortez Editora, 2004.

GIMENO SACRISTÁN, J. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas. In: GARCIA, R. L., MOREIRA, A. F. B. (Orgs.) **Currículo na contemporaneidade**. Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-80.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, vol. 38, n. 1, p. 13- 28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 21/03/2020

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA, Maria Abádia; CUNHA, Célio da (Org.). Educação básica: políticas, avanços, pendências. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 13-56.

LOPES, A. C., MACEDO, E. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011 – p. 19-42.

MACEDO, E. “A base é a base”. E o currículo o que é? In: AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. (orgs.) A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: Anpae, 2018. p. 28-33.

SILVA, R. R. D. Currículo, conhecimento e transmissão cultural: contribuições para uma teorização pedagógica contemporânea. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 46, nº 159, p. 158-182, jan./mar. 2016.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742016000100158&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 21/03/2020.

3.2. Bibliografia complementar:

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

FREIRE, Paulo & Shor, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 8º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIMENO SACRISTÁN, J. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas. In: GARCIA, R. L., MOREIRA, A. F. B. (Orgs.) **Currículo na contemporaneidade**. Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-80.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas de unidade conteúdo/ método no processo pedagógico. 4ª ed. Rev. E ampl. Campinas, SP:Autores Associados, 2003 (Coleção educação

contemporânea).

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 5
Disciplina:	Seminário de projetos I	Carga Horária: 12 h
1. Objetivo: Analisar os projetos dos alunos do curso, de forma a orientá-los quanto ao desenho metodológico e sua execução para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).		
2. Ementa: Análise dos projetos dos alunos do curso, de forma a orientá-los quanto ao desenho metodológico e sua execução para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).		
3. Bibliografia		
3.1. Básica: BARROS, Aidil Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2012. HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto, COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodología de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.		
3.2. Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2012. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.		

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 6
Disciplina:	Psicologia da aprendizagem e Gestão da sala de aula	Carga Horária: 48 h
Objetivo: Proporcionar conhecimentos básicos sobre as principais teorias epistemológicas da aprendizagem, incluindo concepções sobre problemas de aprendizagem e a percepção da relação da Psicologia da Aprendizagem à vida cotidiana e ao processo de ensino aprendizagem na contemporaneidade.		
2. Ementa: Conceito de aprendizagem. Teorias da Aprendizagem. Abordagens do processo ensino aprendizagem. Motivação e aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Psicodinâmica do espaço escolar.		
3. Bibliografia		

3.1. Básica:

BORUCHOVITCH E, Bzuneck JA. (orgs). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea.** 3^a ed. Petrópolis: Vozes; 2001.

COLL, C., MARCHESI, A. e PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar.** Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004. LEME, M.I. da S. **Reconciliando as divergências: conhecimento implícito e explícito na aprendizagem.** Psicologia USP. v. 19, 2008, p. 121-128.

3.2. Bibliografia complementar:

COLL, C. **As contribuições da psicologia para a educação: teoria genética e aprendizagem escolar.** In: BANKS LEITE, L. *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Cortez, 1987.

MARINHO-ARAUJO, C. M. (Org.). **Psicologia escolar: novos cenários e contextos de formação e prática.** Campinas, SP: Alínea, 2009.

TABILE, A. F. e JACOMETO, M. C. D. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso.** *Rev. psicopedag.* [online], vol.34, n.103, pp. 75-86, São Paulo, 2017

ISSN 0103-8486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008.

Acesso em: 26.03.2020.

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 7
Disciplina:	Metodologias educacionais	Carga Horária: 60 h
1. Objetivo: Discutir a importância das metodologias educacionais no âmbito do Ensino Integral. Apresentar a linha do tempo da Educação, considerando o processo de ensino-aprendizagem desde seu surgimento até os dias atuais. Estabelecer a relação entre a inovação pedagógica e as tendências da educação no século XXI. Abordar a contribuição das metodologias ativas para o ensino e para as práticas pedagógicas inovadoras. Diferenciar os recursos educacionais impressos, digitais e alternativos. Demonstrar a importância dos recursos educacionais abertos para a democratização da educação.		
2. Ementa: Ensino integral e as metodologias educacionais; A linha do tempo da Educação (Educação 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0); Inovação pedagógica; Tendências da educação no século XXI; Metodologias ativas (ensino híbrido, ensino adaptativo, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, gamificação, aprendizagem maker, ensino por investigação, entre outras); Recursos educacionais impressos (mapas conceituais e mentais, infográficos, sequências didáticas, entre outros), digitais (Apps, vídeos, animações, jogos digitais, games, entre outros) e alternativos (modelos didáticos, experimentos, teatro científico, júri simulado, entre outros); Recursos educacionais abertos.		

3. Bibliografia

3.1. Básica

ANDRADE, K. **Guia definitivo da educação 4.0.** Disponível em: <<http://www.plannetaeducacao.com.br/portal/arquivo/editor/file/ebook-educacao4.0-planneta.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2013.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.

LORENZONI, M. **Pequeno glossário de inovação educacional**. Disponível em:

<<http://materiais.geekie.com.br/ntr-pequeno-glossario-de-inovacao-educacional>>. Acesso em: 23 out. 2018.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v. 2, p. 15-33, 2015.

3.2. Bibliografia complementar

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos et al. Estratégias de ensinagem. **Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**, v. 3, p. 67-100, 2004.

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como faz) sequência didática? **Entrepalavras**, v. 3, n. 1, p. 322-334, 2013.

CONSELHO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Diretrizes para a**

Educação Profissional de Nível Médio: temas para debate. Brasília: Conif, maio 2010.

COSTA, Christine Sertã; MATTOS, Francisco Roberto Pinto; OLIVEIRA, Marcia Martins. **Produções na sala de aula em relatos de professores**. São Carlos: Pedro & João Editores, 201.

COUTO, Zuila Kelly. O uso de recursos educacionais digitais na educação básica (REDEB): Relato de experiência. **Revista Práxis: saberes da extensão**, v. 5, n. 9, p. 34-39, 2017.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; CARVALHO, Jaciara de Sá. Recursos Educacionais Abertos como Tecnologias Educacionais: considerações críticas. **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, v. 39, n. 144, 2018.

FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. Ensino por problemas: uma abordagem para o desenvolvimento do aluno. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 403-418, 2012.

JÚNIOR, Airton José Vinholi; PRINCIVAL, Guilherme Cunha. Modelos didáticos e mapas conceituais: biologia celular e as interfaces com a informática em cursos técnicos do IFMS. **HOLOS**, v. 2, p. 110-122, 2014.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

LONGO, Vera Carolina Cambréa. Vamos jogar? Jogos como recursos didáticos no ensino de ciências e biologia. **Textos FCC**, v. 35, p. 130-159, 2012.

MATTAR, João. **Games em educação**: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PENIDO, A. **Tendências na área de educação (TEDx)**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=xMtX5TztUaQ>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

REGIS, Márcia Roxana da Silva et al. Material didático impresso versus material didático digital: o que dizem os alunos dos cursos semipresenciais do IFCE. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, 2015.

Quando sinto que já sei. Direção: Antônio Sagrado; Raul Perez; Anderson Lima. Despertar Filmes, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SANDER, M. **Tendências da educação contemporânea (TEDx)**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9k96UWzhKNU>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SASSAKI, C. **Educação 3.0: uma proposta pedagógica para educação**. Disponível em:

<<http://materiais.geekie.com.br/educacao-proposta-pedagogica>>. Acesso em: 23 out. 2018.

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 8
Disciplina:	Tecnologias educacionais	Carga Horária: 36 h

1. Objetivo: Identificar a relação entre comunicação e educação na sociedade contemporânea, relacionando-as com novas formas de educação digital e as diferentes mídias.

2. Ementa: As novas tecnologias da informação e comunicação: contexto político e social; Impactos da tecnologia sobre o cotidiano educacional; As mídias em sala de aula; A era da informação e do conhecimento. A evolução dos meios de comunicação. Cibercultura. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (E-Learning, Blended learning e Mobile learning).

3. Bibliografia

3.1. Básica:

COSTA, B. C. G. da. Comunicação e educação na era digital: reflexões sobre estética e virtualização. In Revista Comunicação, Mídia e Consumo. Ano 7, Volume 7, N. 19, 2010.

FERRETI, Celso João(org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010. (10 exemplares)

MATTAR, J. Games em Educação: Como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010.

NICOLELIS, M. Muito além do nosso eu: A nova neurociência que une cérebros e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARTORI, A. S.; SOUZA, A. R. B.; SOARES, M. S. do P. Novas formas de comunicação e interação: implicações na formação e atuação docente. Florianópolis: Ed UDESC, 2011 (no prelo).

SARTORI, A. S. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. In Revista Comunicação, Mídia e Consumo. Ano 7, Volume 7, N. 19, 2010.

SETTON, M. da G. Mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2010.

SETZER, Valdemar W. Os meios eletrônicos e a Pedagogia Waldorf: problemas e soluções. IME- USP, 2019. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/meios-e-pedago-Waldorf.pdf>. Acesso em: 24/03/2020.

TAPSCOOT, D. A hora da geração digital. Como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

ZILSE, S. S. D. O; FLORIANI, Julia Ropelato. Tendências Tecnológicas e Didáticas na Educação a Distância. 24º CIAED Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2018

3.2. Bibliografia complementar:

BORBA, M. C; MALHEIROS, A. P.S; ZULLATO, R. B.A. Educação a distância online. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARR, Nicholas. A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Tradução de Mônica Gagliotti Fortunato Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011. 312 p. ISBN 978-85- 220-1005-9.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas: Papirus, 2010.

OROFINO, M. I. *Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.

SETTON, M. da G. *Mídia e educação*. São Paulo: Contexto, 2010,

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 9
Disciplina:	Organização do trabalho escolar e práticas avaliativas	Carga Horária: 36 h
<p>1. Objetivo: Compreender a organização do trabalho pedagógico como um princípio educativo. Realizar experiências de planejamento de aula através de prática de projetos e rotinas escolares. Reconhecer os espaços onde se desenvolvem práticas educativas não formais. Conhecer a finalidade da avaliação escolar como meio de planejar e replanejar as ações didático pedagógicas reconhecendo-a como meio que amplia a possibilidade de perceber os avanços e rupturas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Desenvolver estudos sobre as diferentes concepções de avaliação do ensino e da aprendizagem reconhecendo que as práticas avaliativas e a escolha de procedimentos e instrumentos de avaliação são resultantes da concepção adotada.</p>		
<p>2. Ementa: A organização do trabalho escolar. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos. Projeto político institucional (PPI). Projeto político pedagógico (PPP). Projeto pedagógico de curso (PPC). Os novos paradigmas da avaliação da aprendizagem. Natureza da avaliação da aprendizagem. Pressupostos e vertentes. Organização e orientação do processo de avaliação em processo. Fundamentos Epistemológicos da avaliação. Tipos de Avaliação.</p>		
<p>3. Bibliografia</p>		
<p>3.1. Básica:</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). <i>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</i>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. <i>Organização e Gestão da escola: teoria e prática</i>. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>NÓVOA, A.(Org.). <i>As organizações escolares em análise</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1994.</p>		
<p>3.2. Bibliografia complementar:</p> <p>EDNIR, M. (Org.). <i>Mestres da mudança: liderar escolas com a cabeça e o coração: um guia para gestores escolares</i>. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>FERREIRA, N. S. C. (Org.). <i>Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios</i>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>GRINSPUN, M. Paura S. Z. (Org.). <i>Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola</i>. SP: Cortez, 2003.</p> <p>HADJI, C. <i>Avaliação desmistificada</i>. Porto Alegre: ARTMED, 2001. LUCKESI, C.C. <i>Filosofia da educação</i>. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>ROMÃO, J.E. <i>Avaliação dialógica: desafios e perspectivas</i>. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.</p> <p>SANT'ANNA, I. M. <i>Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos</i>. Petrópolis: Vozes, 1995</p>		

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 10
Disciplina:	Tópicos Especiais em Educação – Educação na Amazônia Acreana	Carga Horária: 24 h
<p>1. Objetivo: Conhecer como se constituiu historicamente as identidade acreanas; Traçar um histórico da educação na Amazônia Acreana; Pontuar os avanços e as inovações em programas de educação; Discutir os obstáculos e dificuldades de uma educação na floresta.</p>		
<p>2. Ementa: Sujeitos históricos na formação da Amazônia Acreana; Florestania – de onde surge esse conceito; os Programas Asas e Asinhas da Florestania – avanços e dificuldades na Educação da Amazônia Acreana.</p>		
<p>3. Bibliografia</p>		
<p>3.1. Básica:</p> <p>ALBUQUERQUE, Kelly C. C. Asinhas da Florestania e o processo de escolarização de crianças Amazônidas. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.</p> <p>OLIVEIRA, Amarilio Saraiva de. O programa Asas da Florestania/Fundamental como varadouro de mão dupla: encurtando caminhos entre Governo, escola e Povos da Floresta. 2016. 169 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade). Programa de Pós Graduação em Letras Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.</p> <p>PINHEIRO, Simone da Silva. Asas da florestania: o “distante” e o “difícil” o discurso para os povos da cidade/floresta. 2017. 131 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade). Programa de Pós Graduação em Letras Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco , 2017.</p> <p>PIZARRO, Ana. Amazônia - As vozes do rio. São Paulo: Editora Humanitas, 2012.</p> <p>SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.</p>		
<p>3.2. Bibliografia complementar:</p> <p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Por uma história acre: saberes e sabores da escrita. In: ALBUQUERQUE, G. R. & ANTONACCI, M. A. <i>Desde as Amazôncias – Colóquios</i> (volume 2). Rio Branco: Napan Editora, 2014, pp. 111-133.</p> <p>GINELLI, Giovana. História da educação acreana. Rio Branco: UFAC/DE, 1982. Volumes I e II.</p> <p>SILVA, Elverenice Vieira da. Professores de campo na Amazônia – Acreana: atuação profissional e papel social. 2019. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós - Graduação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019.</p> <p>SOUZA, José Valderi Farias & GONÇALVES, Rafael Marques. Escolas Multisseriadas no contexto da Amazônia. <i>Revista Periferia – Educação, Cultura & Comunicação.</i> , v.10, n.1, p. 244-260, Jan./Jun. 2018</p>		

Curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Módulo: 11
Disciplina:	Seminário de projetos II	Carga Horária: 12
<p>1. Objetivo: Apresentar os dados obtidos pelos alunos do curso na execução de seus projetos de pesquisa, de forma a orientá-los na apresentação dos resultados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).</p>		

2. Ementa: Coleta de dados, pesquisa educacional, comitê de ética, normas da ABNT, interpretação de resultados, pesquisa acadêmica (banco de dados de pesquisa acadêmica), metodologia científica, dados quantitativos e qualitativos.

3. Bibliografia

3.1. Básica:

BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Portugal: Porto Editora, 1991.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto, COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de Pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013

3.2. Bibliografia complementar:

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais.** São Paulo: EDUSP, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. **Para entender o texto:** leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2012.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.